

Um ajuste de R\$ 28 bilhões

Governo aumenta impostos e corta despesas para reduzir os juros à metade no ano que vem

BRASÍLIA e RIO

O esperado pacote de ajuste fiscal do Governo foi anunciado ontem, propondo um aumento da carga tributária de 30% para 31,5% do PIB já no ano que vem, caso as medidas sejam aprovadas pelo Congresso. O pacote — chamado de Programa de Estabilidade Fiscal — prevê ganhos de R\$ 28 bilhões em 99: R\$ 8,7 bilhões em cortes no Orçamento da União, R\$ 13,26 bilhões em novas receitas, R\$ 3,53 bilhões com a reforma da Previdência e outras reformas, além de R\$ 2,55 bilhões com a elevação da contribuição previdenciária dos servidores. Entre as medidas, está o aumento da CPMF de 0,2% para 0,38%. Tudo isso para cortar os juros pela metade em 99.

Os servidores vão arcar com parte substancial do ajuste. Projeto de lei a ser enviado ao Congresso fixa normas para demitir funcionários estáveis e reduzir salários e jornadas. Os governadores estarão proibidos de conceder aumentos. Para os funcionários federais da ativa, medida provisória estabelece que em 90 dias eles pagarão mais para a Previdência, com desconto de 11% sobre rendimentos de até R\$ 1.200 e adicional de 9% sobre o excedente. Os inativos, hoje isentos, também contribuirão. A aprovação do ajuste exigirá negociação difícil com o Congresso. Líderes políticos reagiram ontem negativamente a algumas mudanças. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, aceita negociar, desde que os R\$ 28 bilhões sejam preservados.

Bolsas de valores, juros e o dólar no mercado futuro oscilaram muito por causa do anúncio. Os especialistas apóiam as medidas, mas temem a resistência do Congresso. A Bovespa fechou em queda de 0,62%. A saída de dólares foi de cerca de US\$ 828 milhões, no pior desempenho desde o início de setembro. Mas os operadores dizem que o aumento se deve à concentração de vencimentos de bônus no mercado externo no fim do mês. O anúncio do pacote foi bem recebido pelo FMI, que nos próximos dias deve aprovar ajuda de US\$ 30 bilhões ao Brasil. ■



PEDRO MALAN: ministro afirma que aceita negociar o pacote, desde que o valor de R\$ 28 bilhões seja mantido

Reuters

OPINIÃO

ATAQUE DIRETO

• O PROGRAMA de ajuste fiscal, ontem anunciado em detalhes pelo ministro da Fazenda, tem um aspecto particular, que é o seu grande mérito: ataca diretamente as fontes primárias do déficit nas finanças públicas.

E NÃO representa, como muitos temiam — ou simplesmente denunciavam no escuro — um projeto apoiado primordialmente no aumento da carga fiscal.

NOTE-SE QUE representa corte de despesas (por significar redução na folha de pagamentos) o aumento da contribuição previdenciária dos servidores federais que ganham acima de R\$ 1.200 mensais e o desconto de 11% sobre os vencimentos dos funcionários inativos. E é igualmente ato de justiça social, na medida em que reduz a margem de um privilégio, histórico mas não justificado, do servidor em relação ao assalariado do setor privado.

FOI SUFICIENTEMENTE enfatizado pelo Governo que o ajuste fiscal definitivo depende das reformas estruturais que estão tramitando no Congresso ou serão propostas nas próximas semanas. É por essa razão, inclusive, que se torna necessário o recurso imediato ao CPMF, um tipo de imposto com efeitos negativos conhecidos. A responsabilidade de senadores e deputados — desta e da próxima legislatura — está, portanto, claramente delineada.

MANIFESTAÇÕES DE timidez ou tentativas de transformar a adesão ao plano em capital político são tão inconcebíveis no caso do Legislativo como qualquer recuo por parte do Executivo, hoje e no futuro próximo.

ASSIM, QUANTO mais rapidamente Governo e Congresso acertarem seus ponteiros, menos sacrifícios serão exigidos da economia e da população como um todo — porque mais rapidamente os juros poderão cair para patamares suportáveis e o país poderá voltar a crescer.

CPMF de 0,38%: mais R\$ 7,3 bi em caixa • 25

Servidor pagará mais para Previdência • 27

Juros podem voltar para 19% já em 1999 • 32